



"Em 67 anos, perdemos 90 nações indígenas".



"No contato, um desastre".

Orlando, o (bom) amigo dos índios

Juarez Albuquerque

Os 36 anos de dedicação ao índio brasileiro e mais de 200 malárias no corpo tostado pelo sol abrasador dos sertões, fizeram de Orlando Villas Boas, o mais velho entre os irmãos, um homem sensível aos problemas do índio, da selva, do equilíbrio ecológico e sócio-econômico do País. Ninguém melhor que ele para responder sobre os efeitos da ação predatória dos investidores gananciosos em terras da Amazônia e, sobre a política a ser adotada pelo governo.

Procuramos Orlando Villas Boas em seu refúgio guerreiro, após ter realizado a obra ciclópica do século: a pacificação do índio brasileiro. Os irmãos Villas Boas abriram mais de 1.500 quilômetros de picadas nas selvas e receberam outro tanto de picadas de insetos, sem tibiaza.

Construíram mais de 30 campos de aviação, instalaram postos de atração, concluíram inúmeras pacificações de índios bravios, implantaram núcleos de adaptações etc., etc. Para Orlando a sua obstinação é defender a cultura primitiva ameaçada pelo chamado processo civilizatório.

"Se nós quiséssemos responder, - disse Orlando sobre os efeitos do contato do índio com a civilização - com dados de hoje, poderíamos nos reportar à história e constataríamos que o índio tem sofrido demasiadamente em contato com a sociedade mais forte e isso é um desastre para a nossa pátria. Só neste século, de 1900 a 1967, desapareceram no Brasil 90 nações indígenas falando 35 línguas diferentes. No avanço moderno de agora, principalmente na área da Amazônia, o índio tem sofrido de maneira brutal e tem perdido muitas áreas de terras. Eu acho que o índio não deveria ter o menor embaraço nesse particular porque o seu número representa parcela mínima diante da vasta área que temos na Amazônia. Portanto o índio não se constitui num entrave ao progresso, nem ao desenvolvimento.

A Funai tem cadastrado inúmeros núcleos e áreas indígenas, altamente prejudicada pelo desenvolvimento sem controle e pelas frentes que estão instalando projetos, com anuência ou acordos da Sudam. Com esse trabalho o índio tem levado a pior.

- A ecologia, atualmente, é assunto polêmico e de grande resposta para o nosso futuro, para o qual as autoridades não estão, lamentavelmente, tão preocupadas. Perguntamos: até que ponto a ecologia (o meio ambiente) está sendo atingido pela ocupação indiscriminada e predatória do homem no solo amazônico.

"Prejudica muito. Eu acho o solo da Amazônia, em grande parte ainda, uma área em formação. O que nós temos são os grandes divisores, onde, realmente, podemos encontrar algumas áreas com humus, capazes de aguentar um tipo de agricultura leve. Ou propícias às pastagens. Mas tudo que se fizer na Amazônia, sem dúvida alguma, é experiência. Nós temos encontrado áreas, onde as terras são paupérrimas e o humus quase não existe e a árvore é enraizada e quando morre serve de nutriente da árvore que nasce. O perigo da presença do machado é que quebra o equilíbrio ecológico, transformando tudo num deserto.

"Cerca de 20 anos atrás - lembra Orlando Villas Boas - encontrei um cidadão que foi altamente vitorioso em São Paulo e no Paraná, principalmente no ciclo do café. Era um velho italiano, muito conhecedor de terras. Certa feita ele sobrevoou o solo da Amazônia e quando voltou eu perguntei: - Seu Geremias Lunardelli, o que o senhor achou das terras da Amazônia? - *Tchê, má quê? Male e male. Aquilo não vale nada. Impossibile!* Em seu português macarronado definia ele a qualidade da terra.

Pensava em cafeicultura. Mas lá só daria para uma cultura muito leve, assim mesmo em algumas áreas.

Mas nós temos na grande área da Amazônia um vale reserva, segundo a minha maneira de ver, o governo deveria baixar ordens de terras mais severas, no sentido de resguardar da pastagem e deixá-la exclusivamente para a agricultura: é o Vale do Aripuanã".

- Com relação à política exercida ultimamente pelo Ministério do Interior, qual a que traçou marcas definitivas e foi benéfica ao índio?

"Foi a política legada pelo ministro Afonso de Albuquerque Lima, criador da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Depois, somente no terço final da administração do ministro Rangel Reis, que modificou totalmente a sua política inicial de integração do índio à sociedade brasileira. O ministro Rangel Reis, depois de uma vivência mais longa com o índio, chegou a conclusão de que esse problema, não deveria ser preocupação do seu ministério nem tampouco da própria Funai. E com respeito à cultura ele fez de certa forma valer o quase "slogan" que nós lançamos: *O Índio Não Sobrevive Fora de Sua Cultura*.

- Quantos são os nossos índios?

"Calcula-se atualmente em cerca de 180 a 200 mil índios. E só. Digo só - acentuou Orlando -, levando em consideração a época do descobrimento, quando tínhamos cerca de 4 a 4,5 milhões de índios. Isto significa que, desapareceu mais ou menos quase (1) um milhão de índios por século. O século passado e este principalmente, foram um período em que o índio mais sofreu. E as causas foram os contatos indiscriminados feitos pelas frentes totalmente despreparadas, portadoras dos males da própria civilização nossa. Refiro-me no campo médico, porque qualquer infecção, por menor que seja, reduz uma comunidade indígena com uma violência incrível. Uma gripe, um sarampo ou mesmo a tuberculose, leva uma comunidade indígena à extinção. O movimento era incontrolável. As frentes eram inúmeras, além de 53 missões religiosas em contato com o índio, delas apenas 21 eram católicas. Portanto, nem a Funai, tampouco o Serviço de Proteção ao Índio, poderiam exercer o controle.

- Até que ponto teve papel fundamental, no aculturação e catequese do índio brasileiro, as missões religiosas?

"Teve influência muito grande e hoje, por exemplo, a CNBB recomenda às missões religiosas que não se preocupem com a catequese. Até que a catequese deve ser posta de lado e a principal preocupação seja com índio-físico. Mas esse ponto de vista, não é seguido pelas missões não católicas. Isto, de certa forma, cria um problema muito sério à Fundação Nacional do Índio, que é perante as nossas leis, o único organismo responsável pela política indígena brasileira".

- E com referência à emancipação do índio, é um bem ou um mal maior?

"Não digo que se constitua num mal. Acontece que nós não temos nenhum índio em condições de ser emancipado. O índio tem que viver ainda sob o regime de tutela. Porque o que caracteriza a emancipação é o fato do índio ter condições de decidir por si mesmo. Isso, não acontece com o nosso índio. Depois, acho que a emancipação seria a culminância de um processo de contato entre duas sociedades, nas quais seriam considerados: primeiro a aculturação, segundo a desvinculação do índio do Estado e, terceiro a integração do índio. Embora já tenhamos índios falando português correntemente. Até índios bastante alfabetizados e bilíngues, mesmo assim, o índio não está em estado (condições) para ser emancipado.

Temos em nossas leis aberrações, pois, não se compreende, por exemplo: o índio é tutelado e a tutela, segundo os estatutos, só pode ser conseguida quando solicitada. Ora, o cidadão não solicita e o índio não vai solicitar. Nós temos em Aquidauana, em Mato Grosso, o presidente da Câmara de Vereadores um índio *terena*, chama-se Jair. Quando se perguntou a ele porque não solicitava a emancipação, respondeu que não era um doído(louco), pois, teria de prestar contas à polícia e pagar imposto de renda".

- E quanto à ocupação do solo da Amazônia através de "contratos de risco" e outros modalidades oferecidas pelo governo?

"Se não é um erro, precisa-se ter grandes cuidados. Porque este País, apesar da mortalidade infantil, está explodindo demograficamente. Veja você, quando nós fomos para o Interior, o Brasil tinha 45 milhões de habitantes, quando voltamos encontramos 110 milhões e hoje, temos 120 milhões. E claro que, com a nossa expansão demográfica o processo de interiorização vai ser muito grande. Outro erro: estamos criando nas áreas internas do Brasil, nas terras pouco

agricultáveis, nos grandes divisores ou naquele Vale - que lembrei no início - do Aripuanã, verdadeiras economias empresariais. E elas não dão condições aos núcleos de povoamento de populações sertanejas que estão surgindo nessas áreas.

Jamais, absolutamente, essa gente participará dessa economia implantada. Um exemplo, hoje, a fazenda mais bem montada da Amazônia e que constitui modelo, chama-se *Suiamitsu*, implantada por um ruralista Orlando Ometo. Após terminada, pronta, a fazenda foi adquirida pelo grupo da Liguigás italiana. Essa fazenda de tal forma valorizou as terras da redondeza que as populações caboclas que existem em suas imediações, ficaram totalmente marginalizadas. Pois elas não participam dessa economia. Uma fazenda de pecuária não absorve mão-de-obra.

O nosso sertanejo de São Félix, cidade que vivia com o gado na larga-comum, como eles denominam, cada sujeito da vila tinha 10, 20 a 30 cabeças na larga.

O gado se misturava e era separado pela marca. Esses campos hoje, são de tal maneira valiosos, que são adquiridos pelas grandes empresas que não dão aos ocupantes - moradores tradicionais - condições de sobreviverem. As nossas populações sertanejas estão ficando totalmente marginalizadas no processo de desenvolvimento. Isto é um grande perigo".

- E quanto a estatização, a criação da empresa-estado?

"Acho que a Amazônia deveria ser mais resguardada e, ainda, por um futuro. Porque a densidade demográfica é muito pequena em algumas áreas. O Estado poderia exercer um processo de vigilância maior nessas áreas bastante agricultáveis. Ai sim, poderíamos ser aquilo que pretendemos: o grande celeiro universal.

E na Amazônia - prosseguiu o entrevistado - está o grande perigo de transformar-se em deserto. Tais "contratos de risco" são verdadeiras ameaças à natureza.

E preciso conscientização e que tudo seja feito com grande cuidado, porque, naturalmente, haverá uma oposição muito forte a esse tipo de alienação".

Para Orlando Villas Boas, ecologia é um assunto que recebe um tratamento muito especial. A nossa política de aproveitamento de nossas reservas hidrelétricas - processo convencional -, até mesmo outras alternativas energéticas do álcool e do xisto, da solar e da eólica, seriam ideais. Mas quando se fala em usina atômica, ele medita, apesar de não ser sua área de trabalho e pesquisa, ele fala sobre as inconveniências.

"Essa usina atômica - disse ele - está sendo um passo muito audacioso. Eu não sei se essas usinas atômicas, a não ser que existam outras intenções, sejam somente para a captação da energia propriamente dita, contudo, está sendo um passo muito grande. Temos ainda muitas áreas aproveitáveis, no sentido do desenvolvimento de nossas usinas tradicionais. São Paulo com suas grandes represas, o Paraná e, agora, que vem surgindo Itaipu, essa coisa imensa, essa obra monumental que vai, infelizmente, acabar com uma das maiores belezas da natureza: Sete Quedas e soterrará para sempre uma área de litígio entre o Brasil e Paraguai. Mas, eu não sei, dentro da minha maneira de ver, se nós formos circunscrever somente na questão energética, acho que as usinas atômicas estão sendo um grande passo".

- E quanto a lixívia negra que as fábricas despejam nos nossos rios, constituindo-se numa verdadeira agressão à nossa qualidade de vida, causando a morte a milhares de pessoas?

"A lixívia da celulose é uma grande ameaça aos nossos rios - enfatizou Orlando Villas Boas, e prosseguiu: Na América do Norte e na Europa, isso é totalmente proibido e não se pode nem cogitar. Vimos aqui o quanto sofreu o Rio Grande do Sul com aquela fábrica de papel, a ponto de deixar mais de 500 mil pessoas que vivem à margem do Rio Guaíba, completamente, prejudicadas. Os protestos continuam.

O Brasil está muito empenhado em acúmulo de riqueza, e isso leva à destruição da nossa natureza. Outra coisa, esses projetos audaciosos, nunca são projetos brasileiros. São todos de multinacionais, e elas não têm interesse nenhum de defender ou preservar para as populações futuras, o que nós brasileiros temos obrigação de fazer".